



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO

PAE nº: 18.030/2025

Documento de Formalização da Demanda

1 Identificação da Demanda

1.1 Título

Contratação de Oficina com capacitação e troca de experiência entre servidores e gestores envolvidos com o regime de teletrabalho no TRE-SC

1.2 Unidade Demandante

Unidade	SEEJESC - Secretaria Executiva da Escola Judiciária Eleitoral	Data	22/10/2025
Responsável pela demanda	Cláudia Regina Damasceno Luciano		

1.3 Vinculação ao Plano Anual de Contratações

Item do plano: 6 - Cursos - Inscrição

1.4 Valor Estimado

R\$9.000,00

2 Contexto

2.1 Motivação

Em razão da instituição do regime de teletrabalho no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC), conforme a Resolução TRESC n. 7.998/2019 e a Portaria P n. 152/2021, faz-se necessária a realização de oficina anual para capacitação e troca de experiências dos servidores e gestores envolvidos, em atenção ao art. 11, inciso II, da Resolução CNJ n. 227/2016.

2.2 Resultados Esperados

Tornar os servidores que estão em teletrabalho mais capacitados para atuar nessa modalidade de labor.

2.3 Alinhamento Estratégico

OEAC1 e EJE-C2

2.4 Qual a expectativa de tempo de utilização ou validade do objeto a ser contratado?

☐ Menos de 1 ano ☒ De 1 a 3 anos ☐ Mais de 3 anos

2.5 Unidades que farão uso da demanda ou serão beneficiadas

☐ 1 unidade ☐ 2 unidades ☐ 3 unidades ☒ Mais de 3 unidades

3 Integrante Demandante na Equipe de Planejamento da Contratação

Nome do Servidor (titular)	Cláudia Regina Damasceno Luciano
Telefone	3373
E-mail	claudia@tre-sc.jus.br
Nome do Servidor (substituto)	Karine Borges de Liz
Telefone	3769
E-mail	karinebl@tre-sc.jus.br

4 Unidade Técnica

SEEJESC - Secretaria Executiva da Escola Judiciária Eleitoral



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Necessidade da contratação

A Coordenadoria de Desenvolvimento da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) solicitou a contratação de oficina online, síncrona, para tratar sobre o teletrabalho dos servidores do TRE-SC, que estão nesse regime. A referida oficina deverá tratar de temas como: Resultados da pesquisa de teletrabalho 2025 no TRE-SC; Troca de experiências entre servidores em teletrabalho e respectivos gerentes sobre melhores práticas de teletrabalho no TRE-SC; e coleta de propostas dos servidores em teletrabalho e respectivos gerentes sobre que melhorias poderiam ser implantadas no teletrabalho no TRE-SC. A referida atividade atenderá a demanda fixada no art. 11, inciso II, da Resolução CNJ n. 227/2016.

O referido evento deve ser ministrado pela Profa. Dra. Andrea Valéria Steil (Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), conforme solicitação expressa da Coordenadoria de Desenvolvimento. Anexo a este, segue a proposta da referida Professora.

2. Alinhamento da contratação

2.1. Plano de Contratações Anual

Anexo IV.
Item 6.

2.2. Plano de Logística Sustentável

Não há conflito entre o objeto pretendido e o Plano de Logística Sustentável do TRE-SC.

2.3. Outros instrumentos

Não se aplica a esta contratação.

3. Requisitos da contratação

A profissional contratada deverá possuir experiência nas áreas a serem ministradas. A capacitação deverá ser desenvolvida em linguagem clara, com exposições dialogadas, de forma on-line, síncrona, abordando-se estudo de casos.

O evento deverá estar totalmente adequado às normas e legislação vigentes.

4. Levantamento de mercado

4.1. Análise das alternativas possíveis

4.1.1. Soluções disponíveis no mercado

Considerando o conteúdo programático e a grande especialização do tema, a contratação será por inexigibilidade de licitação, tendo em vista que essa capacitação contempla ministrante com experiência profissional e formação consistente acadêmica recomendadas nas áreas do curso, conforme comprovam as referências de currículo a seguir:

Andrea Valéria Steil: psicóloga, Mestre em Administração e Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com período de doutorado Sanduíche na University of South Florida, Estados Unidos da América. Professora associada do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC,



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

onde orienta estágios, mestrados, doutorados e pós-doutorados. Coordena o Grupo Interdisciplinar de Estudos em Conhecimento, Aprendizagem e Memória Organizacional (KLOM) e o Laboratório de Aprendizagem, Conhecimento e Gestão em Organizações e Trabalho (LABPOT). Integra o GT Cultura Organizacional e Saúde no Trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP). Faz parte do comitê editorial das seguintes revistas científicas: Revista Ontare (Colômbia), The Scandinavian Journal of Work and Organizational Psychology (Suécia), The Learning Organization (Europa). Possui 16 prêmios e reconhecimentos acadêmicos por suas publicações. É autora de mais de 150 produções científicas, entre artigos publicados em periódicos especializados nacionais e internacionais, livros, capítulos de livros e artigos em anais de congressos científicos. Já orientou 16 mestres, 16 doutores e 3 pós doutores. É autora do modelo internacional de avaliação para verificar a prontidão organizacional para implementar o teletrabalho, publicado em: STEIL, A. V.; BARCIA, Ricardo Miranda. An Assessment Model to Analyze Organizational Readiness to Implement Telework Arrangements. In: Luis M. Camarinha-Matos; Hamideh Afsarmanesh; Ricardo J. Rabelo. (Org.). E-Business and Virtual Enterprises. 01ed. Norwell: Kluwer Academic Publishers Group, 2000, v. 01, p. 455464. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9580200413725994>.

4.1.2. Contratações públicas similares

A ministrante da capacitação a ser contratada informou que não prestou serviços para instituições públicas ou particulares nos últimos dois anos, razão pela qual não possui documentos que comprovem a compatibilidade do preço ofertado para o curso em questão. Desta forma, relacionamos, abaixo, capacitações de natureza semelhante, contratadas pelo TRE-SC, em que resta comprovado ser compatível o valor a ser contratado para o curso ofertado.

Evento	“Oficina anual de capacitação e de troca de experiências para servidores em teletrabalho e respectivos gestores”. Modalidade: online, síncrono. Quantidade de participantes: até 35 (trinta e cinco) servidores e gestores.
Instituição Pública	Tribunal de Regional Eleitoral de Santa Catarina
PAE de Contratação	32.948/2024
Data do evento	29.11.2024
Valor Contratado	R\$ 3.250,00 (carga horária: 3 horas)

Evento	“Da maternidade à Gestão em si: caminhos da Liderança”. Modalidade: presencial com transmissão ao vivo. Quantidade de participantes: aproximadamente 500 servidores.
Instituição Pública	Tribunal de Regional Eleitoral de Santa Catarina
PAE de Contratação	7.106/2024
Data do evento	13.05.2024
Valor Contratado	R\$ 8.521,30 (carga horária: 1 hora)

4.2. Justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar

A contratação atende à demanda oriunda de determinações do CNJ no sentido de que sejam realizadas capacitações de conscientização sobre essa temática - art. 11, inciso II da Resolução CNJ n. 227/2016. A escolha da ministrante fundamenta-se na sua qualificação técnica e na metodologia interativa proposta. A contratação será por inexigibilidade de licitação, em virtude da especialização do serviço.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O curso, selecionado pelo setor requisitante, a Coordenadoria de Desenvolvimento e Saúde, atende à demanda apresentada pelas razões expostas no subitem 4.1 deste documento.

5. Descrição da solução

Contratação da psicóloga Andrea Valéria Steil, que ministrará curso on-line, síncrono, para até 80 (oitenta) servidores e servidoras deste Tribunal, divididos em 2 (duas) turmas de até 40 (quarenta) servidores participantes cada, e nos seguintes termos, conforme informações sobre o mencionado evento que constam na proposta que segue anexo a este.

Oficina: **“Capacitação e troca de experiência entre servidores e gestores envolvidos com o regime de teletrabalho no TRE-SC”**

Períodos: Turma 1 – dia 27 de novembro de 2025.

Turma 2 – dia 28 de novembro de 2025.

Carga horária: 3 horas no período vespertino;

Formato a ser contratado: on-line síncrono;

Servidores: até 80 participantes, divididos em duas turmas de até 40 participantes cada;

Custo unitário: R\$ 112,50;

Custo por turma: R\$ 4.500,00;

Custo total das duas turmas: R\$ 9.000,00.

6. Estimativas de quantidades

Evento de capacitação	Quantidade a ser contratada
Curso: “Capacitação e troca de experiência entre servidores e gestores envolvidos com o regime de teletrabalho no TRE-SC”	Até 80 inscrições

7. Vigência da contratação

A contratação terá vigência a partir da emissão da nota de empenho até o recebimento definitivo do objeto.

8. Estimativa do valor da contratação

O valor de contratação está disponível por meio de proposta comercial anexa aos autos. Tem o valor total de R\$9.000,00 (nove mil reais) para as até 80 (oitenta) inscrições com participação on-line síncrona. Tal valor é previsto no Plano Anual de Contratações – 2025 – Anexo IV, Item 6 – Cursos - Inscrição, com valor total estimado em R\$ 251.500,00.

9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação

Trata-se de objeto indivisível, não sendo cabível o parcelamento.

10. Demonstrativo dos resultados pretendidos

Espera-se que, ao final do evento, em suma, os servidores e servidoras que dele participem desenvolvam habilidades para melhor desempenharem suas funções em trabalho remoto.

11. Providências a serem adotadas previamente à celebração do contrato



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Não há providências prévias a adotar.

12. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não se aplica a esta contratação.

13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras

Não se aplica a esta contratação.

14. Análise de riscos

Análise dispensada, em face do valor da contratação.

15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação

Com base nas informações levantadas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar e considerando que se trata de ação de capacitação essencial aos servidores, a equipe de planejamento considera a contratação viável.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do objeto

Contratação da psicóloga Dra. Andrea Valéria Steil, que ministrará oficina sobre temáticas relacionadas ao teletrabalho, on-line, síncrona, para até 80 (oitenta) servidores e servidoras deste Tribunal, divididos em 2 (duas) turmas de até 40 (quarenta) servidores participantes cada, e nos seguintes termos, conforme informações sobre o mencionado evento que constam na proposta comercial enviada pela ministrante.

2. Fundamentação da Contratação

Conforme explicitado no Documento de Formalização da Demanda e no Estudo Técnico Preliminar.

3. Descrição da solução

Contratação da psicóloga Dra. Andrea Valéria Steil (CPF n. 728.359.409-44), que ministrará oficina on-line, síncrona, para até 80 (oitenta) servidores e servidoras deste Tribunal, divididos em 2 (duas) turmas de até 40 (quarenta) servidores participantes cada, e nos seguintes termos, conforme informações sobre o mencionado evento constam na proposta comercial enviada pela ministrante.

Oficina: **“Capacitação e troca de experiência entre servidores e gestores envolvidos com o regime de teletrabalho no TRE-SC”**

Períodos: Turma 1 – dia 27 de novembro de 2025.

Turma 2 – dia 28 de novembro de 2025.

Carga horária: 03 horas no período vespertino;

Formato a ser contratado: on-line síncrono;

Servidores: até 80 participantes, divididos em duas turmas de até 40 participantes cada;

Custo unitário: R\$ 112,50;

Custo por turma: R\$ 4.500,00;

Custo total das duas turmas: R\$ 9.000,00.

3.1. Estudo Técnico Preliminar

O Estudo Técnico Preliminar está juntado aos autos deste PAE de n. 18.030/2025.

3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica a esta contratação.

3.3. Códigos SIASG

19321 (Serviço) - Curso / Treinamento Educação - Distância.

4. Requisitos da contratação

A profissional contratada deverá possuir experiência nas áreas a serem ministradas. O curso deve ser desenvolvido em linguagem clara, com exposições dialogadas, on-line síncrono, abordando-se estudo de casos.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O evento deverá estar totalmente adequado às normas e legislação vigentes.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. Prazos

O curso será realizado, conforme proposta comercial, no período vespertino, sendo a **Turma 1** no dia 27 de novembro de 2025 e a **Turma 2** dia 28 de novembro de 2025.

5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

O evento será ministrado de forma on-line síncrona e será transmitido para todos os servidores inscritos na plataforma do TRE-SC.

5.3. Recebimento provisório e definitivo

- a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;
- b) o recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada, hipótese em que o prazo terá seu início contado a partir do saneamento de todas as pendências.

5.4. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.

5.5. Garantia do objeto

Não se aplica a esta contratação.

5.6. Vigência da contratação

A contratação terá vigência a partir da emissão da nota de empenho até o recebimento definitivo do objeto.

5.7. Obrigações do Contratante

5.7.1. O contratante se obriga a:

- a) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no presente Termo de Referência;
- b) promover a gestão deste Contrato por meio da equipe indicada no subitem 6.2;
- c) conceder certificação aos participantes que atenderem aos requisitos de aprovação, conforme proposta; e
- d) proporcionar todas as condições para que a Contratada possa prestar os serviços dentro das normas deste Termo de Referência.

5.8. Obrigações da Contratada

5.8.1. A Contratada se obriga a:

- a) ministrar o programa nas condições, preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência e na proposta comercial juntada ao procedimento de contratação do TRE-SC;
- b) desenvolver o conteúdo do programa e material didático, com base no conteúdo programático especificado em sua proposta; e



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

c) manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação do TRE-SC.

5.9. Transferência de conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

5.10. Direitos autorais

Não se aplica a esta contratação.

5.11. Qualificação técnica ou formação dos profissionais envolvidos na execução

Não se aplica a esta contratação.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. Gestor de contrato

6.1.1. As atividades de gestão contratual compreendem:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;
- b) acompanhar os registros realizados pela fiscalização do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;
- f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico e administrativo;
- h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;
- i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e
- j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. As atividades de fiscalização técnica do contrato compreendem:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) prestar apoio técnico e operacional à gestão do contrato com informações pertinentes às suas competências;
- b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- d) informar à gestão do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- e) comunicar imediatamente à gestão do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
- f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar à gestão do contrato para ratificação;
- g) comunicar à gestão do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
- h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização administrativa;
- i) auxiliar à gestão do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e
- j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. As atividades de fiscalização administrativa do contrato compreendem:

- a) prestar apoio técnico e operacional à gestão do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
- b) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar à gestão do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização técnica;
- f) auxiliar à gestão do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e
- g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.2. Gestão e fiscalização

As atividades de gestão e fiscalização serão exercidas pelo servidor titular da Secretaria Executiva da Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina – EJESC, ou seu substituto, com o apoio, no que se refere à fiscalização



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

administrativa, da Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária – COFC e da Seção de Gerenciamento de Contratações – CC, ambas da Secretaria de Administração e Orçamento.

6.3. Instrumentos Formais

Considerando que o valor da contratação é inferior ao limite estabelecido no art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021, a mesma será formalizada por meio de nota de empenho, conforme entendimentos do Conselho da Justiça Federal, externado no 2º Simpósio de Licitações e Contratos da Justiça Federal, por meio do Enunciado n. 26, e da Advocacia-Geral da União, nos termos da Orientação Normativa AGU n. 21/2022, e decisão da Secretaria de Administração e Orçamento à fl. 28 dos autos do PAE n. 3.368/2024.

6.4. Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento do Contrato será realizado pelo Gestor da Contratação indicado no subitem 6.2.

6.5. Alocação de riscos

Não se aplica a esta contratação.

7. Critérios de medição e de pagamento

Não se aplica a esta contratação.

8. Reajuste ou repactuação

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

9.1. Parcelamento e adjudicação

Trata-se de objeto indivisível, não sendo cabível o parcelamento.

9.2. Seleção do fornecedor

Considerando o conteúdo programático e a grande especialização do tema, a contratação será por inexigibilidade de licitação, tendo em vista que essa capacitação contempla ministrante com experiência profissional e formação consistente acadêmica recomendadas nas áreas do curso, conforme comprovam as referências de currículo a seguir:

Andrea Valéria Steil: psicóloga, Mestre em Administração e Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com período de doutorado Sanduíche na University of South Florida, Estados Unidos da América. Professora associada do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC, onde orienta estágios, mestrados, doutorados e pós-doutorados. Coordena o Grupo Interdisciplinar de Estudos em Conhecimento, Aprendizagem e Memória Organizacional (KLOM) e o Laboratório de Aprendizagem, Conhecimento e Gestão em Organizações e Trabalho (LABPOT). Integra o GT Cultura Organizacional e Saúde no Trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP). Faz parte do comitê editorial das seguintes revistas científicas: Revista Ontare (Colômbia), The Scandinavian Journal of Work and Organizational Psychology (Suécia), The Learning Organization (Europa). Possui 16 prêmios e reconhecimentos acadêmicos por suas publicações. É autora de mais de 150 produções científicas, entre artigos publicados em periódicos especializados nacionais e internacionais, livros, capítulos de livros e artigos em anais de congressos científicos. Já orientou 16 mestres, 16 doutores e 3 pós doutores. É autora do modelo internacional de avaliação para verificar a prontidão organizacional para implementar o



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

teletrabalho, publicado em: STEIL, A. V.; BARCIA, Ricardo Miranda. An Assessment Model to Analyze Organizational Readiness to Implement Telework Arrangements. In: Luis M. Camarinha-Matos; Hamideh Afsarmanesh; Ricardo J. Rabelo. (Org.). E-Business and Virtual Enterprises. 01ed. Norwell: Kluwer Academic Publishers Group, 2000, v. 01, p. 455-464. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9580200413725994>.

9.2.1. Critérios de habilitação

A contratada deverá apresentar regularidade fiscal (junto à Receita Federal e ao FGTS) e trabalhista (junto à Justiça do Trabalho – CNDT).

9.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Não se aplica a esta contratação.

9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

A contratação em tela enquadra-se na hipótese do art. 74, inciso III, “f”, da Lei n. 14.133/2021, justificando a sua realização com inexigibilidade de licitação.

10. Estimativas do valor da contratação

O valor de contratação está disponível por meio de proposta comercial anexa aos autos. Tem o valor total de R\$9.000,00 (nove mil reais) para as até oitenta (80) inscrições com participação on-line síncrona. Tal valor é previsto no Plano Anual de Contratações – 2025 – Anexo IV, Item 06 – Cursos - Inscrição, com valor total estimado em R\$ 251.500,00.

11. Alinhamento da contratação

11.1. Plano de Contratações Anual

Anexo IV.
Item 6.

11.2. Plano de Logística Sustentável

Não há conflito entre o objeto pretendido e o Plano de Logística Sustentável do TRE-SC.

11.3. Outros instrumentos

Não se aplica a esta contratação.

12. Adequação orçamentária

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
02.122.0033.20GP.0042	3.3.90.36	R\$ 9.000,00

13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

- a) advertência;
 - b) multa;
 - c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União;
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- 13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea "a" do subitem 13.1.
- 13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.
- 13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:
- a) o atraso injustificado na execução do objeto deste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescidos de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;
 - b) a inexecução parcial do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada do objeto;
 - c) a inexecução total do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado.
- 13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.
- 13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

- a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;
- b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;
- c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;
- d) descontada do valor da garantia prestada; ou
- e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "b" a "g", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 15 (quinze) dias;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 15 (quinze) dias;
- d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "h" a "l", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou

d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste subitem.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.